

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ABRINDO CAMINHOS PARA A VIVÊNCIA COM A DIVERSIDADE

Luciene Barbosa de Souza¹

Abstract: (Inclusive education has been an important way to cover diversity by building a school that offers a meaningful teaching proposal to the community as a whole, especially to those at risk of exclusion in terms of learning and participation in the classroom, this being a challenge that is constantly being faced by Brazilian schools. Thus, this research aims to demonstrate a recognition of inclusive education as an indispensable condition for the formation of a free and conscious citizen. More specifically, it characterizes inclusive education in the context of current education, emphasizing the importance of making the struggle for an inclusive school recognizable, breaking barriers already built in relation to people with disabilities, ensuring equal rights for all. In order to enrich and give credibility to this work, the National Curricular Parameters and LDB 9394/96 were used as a basis for theoretical foundation. In the methodological aspects, the study is characterized as exploratory literature from literature reviews and analysis of the concepts that underpin the considerations exposed initially for the purpose of further deepening and description of the knowledge worked, in this case, inclusive education. This article leads us to reflect on the paradigm of inclusion and on the issues of access and quality in inclusive education, calling the attention of education systems to the need for a new organization of educational spaces in order to eliminate the barriers that hinder or prevent participation and learning in school.

Keywords: Education, Inclusion, Diversity; Citizenship.

Resumo: A Educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta de ensino significativo a comunidade como um todo, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula, sendo este, um desafio que vem sendo constantemente enfrentado pelas escolas brasileiras. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo demonstrar um reconhecimento da educação inclusiva como condição indispensável para a formação do cidadão livre e consciente, de forma mais específica faz-se a caracterização da educação inclusiva no contexto da educação atual, enfatizando a importância de tornar reconhecível a luta por uma escola inclusiva, rompendo barreiras já construídas em relação às pessoas com deficiência, garantindo igualdade de direitos para todos. Para enriquecer e dar credibilidade a este trabalho foi usado como base para fundamentação teórica os Parâmetros Curriculares Nacionais, a LDB 9394/96. Nos aspectos metodológicos o estudo se caracteriza como bibliográfica exploratória a partir de revisões bibliográficas e análise dos conceitos que fundamentaram as considerações expostas inicialmente com fins posteriores de maior aprofundamento e descrição dos conhecimentos trabalhados, no caso, a educação inclusiva. O presente artigo nos leva a reflexão do paradigma da inclusão e das questões do acesso e da qualidade na educação inclusiva, chamando a atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais, com vistas a eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem na escola.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Diversidade; Cidadania.



A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, que tem como principal objetivo a defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, independentemente de suas situações de aprendizagem ou limitações. Aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, pois a mesma constitui um paradigma

¹ Professora de Linguística da Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada (FAFOPST) e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). lucienebarbosat@gmail.com

educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que tem como princípio norteador a igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, construindo-se principalmente enquanto indivíduo autônomo. Incluir é mais que inserir, é interagir e contribuir com o outro, e deve ser definida como uma prática para todos, assim a construção de uma sociedade inclusiva vai além da teoria, a mesma está relacionada com a diferença. A inclusão escolar é uma realidade, não basta levar para escola e matricular, mas sim ofertar condições para acesso e permanência desse educando no espaço escolar.

Para a efetivação da educação inclusiva é necessário garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular e fortalecer a formação dos professores, criando assim uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

MARCO HISTÓRICO E NORMATIVO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente a educação é marcada por segregação, pois inicialmente a mesma era tratada perante a sociedade como um privilégio para poucos. Sendo mais enfática e discriminatória em relação ao grupo de indivíduos considerados fora dos padrões homogêneos. A Educação Especial é vista como uma modalidade de ensino com métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais que priorizam o atendimento especializado aos discentes com necessidades especiais de aprendizagem.

A referida modalidade de ensino se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Público alvo, também denominado de “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. “Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida”. (Mazzotta, 1996, p. 11) Segundo Mazzotta (1996) a deficiência diz respeito a uma irregularidade da estrutura ou da aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, seja qual for a sua causa; em princípio, a deficiência constitui uma oscilação orgânica. Com isto se faz necessário a modalidade de ensino denominada educação especial, que tem como princípio atender os alunos que apresentam suas deficiências especiais.

Todos têm direito ao acesso e permanência na escola, como também o direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, tais princípios estão entre os elencados como norteadores da educação, assegurados por lei, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Brasil, 1996, p. 2).

Desde o início da concretização de ações educacionais para a sociedade brasileira, sentiu-se a necessidade de programas ou medidas voltadas para o grupo de alunos com necessidades especiais. Com base nas experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos, o Brasil começou no século XIX a organizar atendimento, na cidade do Rio de Janeiro, para cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, mas este trabalho era isolado e refletia o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências. (Souza, 2020).

Segundo Mazzotta (1996) a inclusão da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX. Após este momento é possível perceber dois períodos distintos na evolução da educação especial no Brasil. No primeiro período, de 1854 a 1956 encontramos iniciativas oficiais e particulares isoladas. O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de 50 do século XIX. “Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.” (Mazzotta, 1996, p. 28).

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos sofreu algumas alterações ao longo do tempo por questões políticas. Em 17 de maio de 1890 o governo republicano alterou o nome do instituto para Instituto Nacional dos Cegos. Mais tarde em 24 de janeiro de 1891 através do Decreto nº 1.320 a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao ilustre professor de matemática Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Três anos após a inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, D. Pedro II fundou em 26 de setembro de

1857 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em ambos os institutos foram colocadas oficinas para a aprendizagem de ofícios, como por exemplo tipografia, encadernação, tricô e sapataria. (Cabral, 2019).

Grandes conquistas foram geradas após a abertura dos institutos pioneiros no Brasil, Mazzotta (1996) mostra no primeiro livro impresso em braile para os cegos, no ano de 1946. Em 1929 foi fundado o Instituto Santa Terezinha que atendia os deficientes auditivos. Fundado em 1954 o Instituto Educacional São Paulo que também atendia deficientes auditivos. O atendimento escolar para deficiente físico foi gerado na Santa de Casa Misericórdia de São Paulo, no ano de 1931 pela professora Carmem Itália Sigliano. Havia também instituições particulares como o Lar-Escola São Francisco que foi fundado em 1943 e tinha como objetivo a reabilitação de deficientes físicos. (Granemann, Rodrigues & Silva, 2017).

Outra associação importante fundada em 1950 foi a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), esta por sua vez ainda utiliza tal nomenclatura até os dias atuais e recebe apoio financeiro da sociedade. Para os deficientes mentais foi criado por um casal, Tiago e Johanna Wurth, em Porto Alegre, no ano de 1926 o primeiro Instituto Pestalozzi na cidade de Canoas. Em 1954 outra importante associação foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) na cidade do Rio de Janeiro e continua exercendo atualmente atendimentos para deficientes mentais. (Konkel & Miguel, 2019)

Foi no segundo período que se deu iniciativas oficiais e de âmbito nacional precisamente no ano de 1957 a 1993. O governo federal assumiu o atendimento educacional aos excepcionais com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim, instituindo ações específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental. Neste período, também a educação especial apareceu na política educacional brasileira, favorecendo o desenvolvimento de campanhas instituídas pelo governo federal, conforme Mazzotta (1996, p. 78). Dentre as ações estão:

- CESB: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (1957);
- CNEC: Campanha Nacional de Educação de Cegos (1960);
- CADEME: Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (1960);
- CENESP: Centro Nacional de Educação Especial (1972);
- SESPE: Secretaria de Educação Especial (1983);
- SENEb: Secretaria Nacional de Educação Básica (1990);
- DESE: Departamento de Educação Supletiva e Especial (1990).

Mesmo diante das iniciativas governamentais o estado reconhece a importância das ações não governamentais como a Sociedade Pestalozzi e as APAEs para a sociedade. O engajamento social contribui para a efetivação de uma educação inclusiva.

Dentro do cenário mundial do processo de educação inclusiva a Declaração de Salamanca ocupa espaço de destaque, sendo considerado um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social. A Declaração de Salamanca consiste em um documento elaborado na

Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha em 1994. (Foresi & Anísio, 2020).

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja por que motivo for. Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Ressalta-se que os princípios que norteiam este documento consistem em considerar independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos, toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais, a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos às especificidades da escola, o ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

O sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos, a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicrométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os estudantes com deficiência.

A prática pedagógica de dispor salas de aula composta apenas por educandos portadores de necessidades especiais, valorizava a segregação desse grupo de alunos, tirando-os do convívio e interação pedagógica dos demais. O sistema educacional brasileiro passou por grandes mudanças nos últimos anos, utilizando métodos e ações que priorizam a apropriação de uma educação especializada a partir das necessidades do educando, buscando cada vez mais respeitar a diversidade, garantindo a convivência e a aprendizagem de todos os alunos.

De acordo com o documento do Ministério da Educação, sobre a Política Nacional de Educação Especial, trata que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (Brasil, 1997, p. 17-18).

As práticas educacionais desenvolvidas no âmbito de uma educação inclusiva promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades, isso nos revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Essas ações evidenciam os esforços dos educadores em ensinar a turma toda e representam um conjunto valioso de experiências.

A Educação Especial não mais é concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos. Porém, educação especial como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar e, para que se torne efetiva, precisará dispor de redes de apoio que complementem o trabalho do professor. Atualmente, as redes de apoio existentes são compostas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelos profissionais da educação especial (intérprete, professor de Braille, etc.) da saúde e da família. Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Conselho Nacional de Educação, 2001, p.1).

A educação inclusiva, tem se expandindo cada vez mais nos estados e municípios, e para que isso se concretize é necessário que as escolas e professores estejam preparados para lidar com essa situação. O desafio maior é garantir uma educação de qualidade para todos, tendo como mediador o professor com qualificação para as demandas decorrentes em sala de aula. A partir do século XXI a produção de conhecimento ocorre em um ritmo muito acelerado. (Carvalho, 2019). O acesso à informação e ao conhecimento acontece também com muita rapidez. Com isso, há necessidade de estudo constante e atualização por parte dos profissionais. Some-se a isso o fato de a educação inclusiva ser uma prática em construção.

De acordo com os Parâmetros Curriculares para a Educação Inclusiva (1998), o Currículo é construído a partir do Projeto Pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização do mesmo, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades. O mesmo documento usa as palavras “Adequações Curriculares” para referir-se ao

mesmo como sendo um elemento dinâmico da educação para todos e que a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais, pode ser realizado através da flexibilização, na prática educacional, com o objetivo de atender todos os alunos. Os PCNs (1998), ainda apontam que:

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante (PCNs, 1998, p. 32).

A formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores. Pois a formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos. (Vaz & Garcia, 2017).

Quando as escolas disponibilizam espaços de integração dos professores para que possam manifestar suas necessidades, elas cumprem sua função na Educação Inclusiva. A equipe gestora, que respeita as necessidades dos docentes, poderá organizar reuniões com temas para estudo e pesquisa para a formação continuada dos educadores. A equipe estará disposta a compartilhar questões trazidas pelos professores, como relatos das condições de aprendizagens dos alunos, situações da sala de aula e discussão de estratégias para enfrentar os desafios.

É preciso refletir sobre a qualidade da formação e as opções de atualização profissional. A educação para a diversidade pressupõe a preparação do professor e do sistema educacional com: a valorização profissional do educador, por meio de apoio e estímulo; o aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da Educação especial e a promoção do trabalho em equipe. (Santos, Spagnolo & Stöbaus, 2018).

O professor consciente da importância de adequar seu planejamento de acordo com as necessidades dos alunos, pode se sentir despreparado para identificar suas necessidades e avaliá-los. Quando o educador possui instrumentos para identificar a potencialidade e os saberes de seus alunos, sente-se capaz de ajustar sua práxis para aqueles com Necessidades Educacionais Especiais. Porém, o professor precisa estar ciente de sua capacidade para tornar possível o processo inclusivo. Para isso, deverá buscar novos conhecimentos e melhorar sua formação, aprendendo novas formas de pensar e agir para atender as demandas exigidas em sua atuação profissional. (Silva & Carvalho, 2017).

Para conhecer os alunos, suas competências e necessidades educacionais específicas e possíveis formas de aprendizagem, o professor precisa de tempo. Reconhecer que cada aluno pertence ao grupo dependerá da comunicação e da interação eficaz entre professor-aluno, aluno-aluno, assim como da observação constante durante todo o processo de aprendizagem.

Os sistemas de apoio colaboram com o professor nessa tarefa, mas somente o educador, que está em sala de aula e conhece o processo de ensino e aprendizagem, a convivência com o grupo e a dinâmica de sua docência, poderá eleger os procedimentos de ensino. As diretrizes serão planejadas e atualizadas de acordo com a evolução do aluno. (Pagnez & Bissoli, 2016). O período de referência desse planejamento é variável, pois os planejamentos de curto prazo mostram-se mais úteis.

Quando se conhece as características de determinadas deficiências sabe-se quais suas principais restrições. Por exemplo, que o aluno com deficiência visual não acessará as aulas pela visão, pois sua condição restritiva é sensorial. Muitas vezes, identificar as limitações pode ter um efeito paralisante. Por outro lado, se identificamos as competências, encontramos alternativas de ensino e condições favoráveis à participação nas aulas e à aprendizagem.

Diante ao que se deseja em relação a uma educação inclusiva para o sistema de ensino a Política Nacional de Educação Especial tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo a: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CENÁRIO NACIONAL BRASILEIRO

É preciso que os governantes garantam a igualdade de oportunidades e as condições básicas que assegurem o adequado funcionamento de todas as escolas, já que é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para atender as peculiaridades da clientela. Segundo Mazzota (1973, p. 20-21):

Os propósitos da educação de qualquer brasileiro, seja ele considerado 'deficiente' ou não, decorrem dos pressupostos da sociedade brasileira e estão na Constituição Federal e nas leis de educação. A educação básica que se pretende para todos está voltada para a formação integral do educando, em seu tríplice aspecto: um individual, de auto relação; outro individual e social, de qualificação para o trabalho; e um terceiro, predominante social de preparo o exercício de uma cidadania consciente.

A inclusão social e escolar no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e prenuncia o seu pleno desenvolvimento nos inícios do século XXI, o sistema educacional brasileiro abrigava a escola regular e a escola especial. O aluno frequentava ou a uma ou a outra, já nas últimas décadas, o sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado que foi a regular que acolhe a todos os alunos e apresenta meios, recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para aprendizagem. (Silva & Carvalho, 2017).

A escola regular é a oportunidade de desenvolvimento das crianças, jovens e adultos em todos os aspectos motores, cognitivos, afetivos, socialmente, e de conhecer os seus direitos de serem assistidos nas escolas de sua comunidade, participando das atividades com todos os seus colegas e no currículo garantindo o ensino e aprendizagem de todos. Em se tratando de inclusão é importante partir do princípio de que todos, ao serem incluídos na escola independente do seu desenvolvimento ou deficiência precisam usufruir de direitos e deveres.

Atualmente existem projetos que ajudam financeiramente as pessoas com necessidades, especiais como: o BPC e o BPC NA ESCOLA que são benefícios de prestação continuada da assistência social, garantido na Constituição Federal (Brasil, 1988) onde todos têm o direito, e o plano VIVER SEM LIMITES que atende essas pessoas com necessidades especiais como: hortenses e próteses fornecidas pelo ministério da saúde, tudo isso para facilitar o acesso e a permanência na escola, e a outras constituições sociais. Assim, os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

A educação inclusiva precisa ser considerada como uma oportunidade para enriquecer os processos de aprendizagem, contribuindo assim para o melhoramento da qualidade da educação. Muitos ainda passam por dificuldades de aprendizagem e de participação, como consequência de um enfoque educativo homogeneizado no qual se dão as mesmas respostas a necessidades e situações diversas. (Souza & Pletsch, 2017).

Para melhorar o desenvolvimento desses alunos está sendo disponibilizado pela Política Nacional da Educação Inclusiva (2008) o Atendimento Educacional Especializado – AEE que é um serviço da Educação Inclusiva, que veio para elaborar, organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, para eliminar as barreiras para plena participação. O AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, visando a autonomia na escola e na sociedade, usufruindo dos materiais que as mesmas disponibilizam como: informática, jogos pedagógicos, materiais que desenvolve a coordenação motora como: encaixe, pranchas, banda rítmica, etc. O AEE está garantido na Constituição da República Federativa do Brasil (1998), definida no art. 205, “a educação como um direito de todos” e no art. 208. III, “o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”.

Para que todo o trabalho com a inclusão tenha bom resultado é necessário que a escola elabore o Projeto Político Pedagógico, onde todas as metas, ações e objetivos estejam voltados para

essa demanda e seguir cada etapa e que todas as decisões sejam coletivas refletindo nas iniciativas da escola comunidade. No Projeto Político Pedagógico é definido os fundamentos da estrutura escolar e deve ser coerente com propósitos de uma educação que acolhe as diferenças e, sendo assim, não poderá manter seu caráter excludente e próprio das escolas. Assim, de acordo com o documento:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção do conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (Brasil, 2006, p.13).

O Projeto Político Pedagógico não deve ser apenas um documento exigido pela burocracia e administração escolar, mas um registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e de aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamentos de ações consequentes. Na perspectiva da educação inclusiva, a inclusão é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado – AEE de forma completa ou suplementar à formação dos alunos públicos alvo da educação inclusiva.

É importante reconhecer que as crianças são fontes de um saber e de uma cultura, logo, ela participa da construção de um saber coletivo de modo que a participação de cada aluno nas atividades da classe seja reconhecida pelos colegas. A organização das atividades deve levar em conta a hipótese em que os alunos encontram-se, em que o ensino desenvolve competências e “habilidades” e possibilitando-os a orquestrar novas descobertas, assim garantindo a participação efetiva dos alunos em todas as práticas educativas, pois essas crianças, desde o berço, interagem com o meio no qual estão inseridas, o que possibilita múltiplas experiências de conhecimento e aprendizagem de forma natural. “Todos os alunos portadores de necessidades especiais têm direito à utilização de equipamentos, instrumentos, recursos e materiais técnicos pedagógicos adaptados de uso individual ou coletivo necessários para o desempenho das atividades escolar” (Brasil, 2006, p.13).

Os procedimentos mais comuns e eficazes que são usados e observados pelos professores para incentivar a aquisição de habilidades de autonomia correspondem a duas modalidades: a aprendizagem que ocorre pela observação e/ou imitação que são usadas para aqueles alunos que apresentam um grau mais elevado de deficiências. O uso de material concreto auxilia o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e afetivas. Os benefícios ofertados pela comunicação alternativa oferecem sugestões de atividades para alfabetizar com os manuseios de letras, sílabas, números e outros recursos como: jogos de encaixe, montagem, cartas, objetos som e outros.

As escolas do século XXI, já estão contando com a influência do avanço tecnológico, a globalização, a direção, as estratégias docentes para o ensino aprendizagem evidenciando mudanças profundas no currículo e no ensino orientado pela inclusão desses alunos, pois necessitam de conhecimentos que envolvem todas as disciplinas fazendo uso da diversidade das necessidades de todos, oferecendo a cada um aquilo que necessita de acordo com suas possibilidades. Assim, todos aprendem e incluem em seu espaço e em cada um de seus elementos, a sensibilidade para as diferenças que há na escola, pois assim, constroem melhor seus conhecimentos a sua identidade em contato com outras que tem concepções e valores distintos. De acordo com Gallo (2002):

A afirmação da interdisciplinaridade é a afirmação, em última instância, da disciplinarização: só poderemos desenvolver um trabalho interdisciplinar se fizermos uso de várias disciplinas. [...] A interdisciplinaridade contribui para minimizar os efeitos perniciosos da compartimentalização, mas não significaria, de forma alguma, o avanço para um currículo não disciplinar (Gallo, 2002, p.28-29).

O Brasil está aos poucos assumindo o compromisso com a educação inclusiva, nos dias atuais é perceptível a preocupação com as escolas, e que aos poucos vão se adaptando mediante um longo processo, mas, é preciso ter consciência dos objetivos que almejam alcançar, quais as estratégias que devem ser traçadas e cumpridas. As mudanças que partem da cultura própria, e apoiam o desenvolvimento do currículo na escola, os valores, as normas, os modelos de aprendizagem, as atitudes dos professores.

CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho, conclui-se que a Educação Inclusiva é uma forma de ensino que se faz necessário em todos os níveis e modalidades de ensino. Visto que a Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. Assim, o respeito aos direitos e liberdades humanas deverá ser o primeiro passo para a construção da cidadania, devendo, então, ser incentivado.

O presente artigo nos leva a reflexão do paradigma da inclusão e das questões do acesso e da qualidade na educação inclusiva, chamando a atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais, com vistas a eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem na escola.

O tratamento do tema não se esgota na reflexão aqui feita, uma vez que ainda há muito o que se discutir no tocante à educação inclusiva, assim como em políticas públicas que envolvam este tema. No entanto, espera-se que com a leitura deste trabalho, possa ter a possibilidade de

levantar novos questionamentos e discussões, assim como contribuir para a aquisição e aprimoramento dos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1996). Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC.
- Brasil. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado*. Brasília: MEC/SEESP.
- Cabral, D. (2019). *Instituto dos Meninos Cegos (1889-1930)*. <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/815-instituto-dos-meninos-cegos>
- Carvalho, L.S. (2019). *Formação continuada e práticas pedagógicas de professoras de ciências dos anos finais do ensino fundamental para uma educação inclusiva*. Monografia. (Graduação em Biologia) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas/BA.
- Conselho Nacional de Educação. (2001). *Resolução cne/ceb nº 2, de 11 de setembro de 2001*. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
- Foresi, M. F. & Anísio, F. S. (2000). *Fortalecimento da inclusão na educação superior um diálogo entre o Brasil e a Argentina*. Rosario: Laborde Libros Editor.
- Gallo, S. (2002). *Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar*. Piracicaba.
- Granemann, J. L., Rodrigues, M. M. & Silva, Y. F. O. (2017). *Evoluções sobre o atendimento e a escolarização da pessoa com deficiência: políticas, ações e perspectivas*. REVELLI. 9(2), 191-218.
- Konkel, E. N. & Miguel, M. E. B. (2019). *Iniciativas de atendimento educacional a pessoa com deficiência em Santa Catarina: percurso histórico*. Notandum, 51(8) 89-110.
- Mazzotta, M. J. S. (1996). *Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Mazzotta, M.J.S. (1973). *Trabalho docente formação de professores de educação especial*. São Paulo: E.P.U.
- Pagnez, K. S. M. M. & Bissoli, L. A. R. (2016). As salas de apoio e acompanhamento à inclusão em São Paulo. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 16(10) 178-186.
- Santos, B. S., Spagnolo, C., Stöbaus & C.D. (2018). O desenvolvimento profissional docente na contemporaneidade: implicações transformadoras para o ser e para o fazer. *Educação*, v. 41, n. 1, p. 74-82.
- Silva, N.C. & Carvalho, B. G. E. (2017). Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa. *Revista brasileira de educação especial*, 23(25), 293-308.
- Souza, F.F. & Pletsch, M.D. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil¹. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(3), 831-853.
- Souza, S. R. S. (2020). *Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Comissário Francisco Barbosa: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade da Madeira, Funchal.
- Vaz, K. & Garcia, R. C. (2017). *O professor de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: reflexões acerca da articulação entre o modelo de professor e o projeto de escola*. Reunião científica regional da ANPED. ANPED-SUL, 15(22), 1-15.